

PLANO DE GOVERNO

Candidatos

Cidade de São Vicente

2025 - 2028

PLANO DE GOVERNO PARA SÃO VICENTE.

2025 – 2028

ÍNDICE:

- A. Introdução.
- B. Características do Município.
- C. Administração Pública.
- D. Orçamento Municipal e Finanças.
- E. Programa de Governo:
 - E.1 Segurança Pública
 - E.2 Mobilidade Urbana
 - E.3 Educação
 - E.4 Saúde
 - E.5 Esporte
 - E.6 Administração e Finanças
 - E.7 Turismo
 - E.8 Desenvolvimento Urbano
 - E.9 Infraestrutura / Drenagem
 - E.10 Desenvolvimento Ação Social
 - E.11 Meio ambiente
 - E.12 Cultura
 - E.13 Habitação
 - E.14 Indústria / Comércio / Renda / Empreendedorismo
- F. Resumo

A - INTRODUÇÃO:

Esse documento eu que se apresenta e define o plano de governo do município de São Vicente onde estabelece as diretrizes das medidas que serão tomadas no governo com o objetivo de atender a legislação eleitoral e de se expressar os compromissos juntamente a sua constituição apresenta as principais propostas do candidato MAGNO JULIÃO DOS SANTOS para o período de 2025 a 2028, o nosso Plano de Governo com um conjunto de programas, projetos e ações propostos neste plano visam a consolidar os avanços conquistados em nossa gestão e elevar ainda mais a cidade de São Vicente a um novo patamar de desenvolvimento. Nossa cidade avança enquadrar-se nos processos de planejamento que fazem parte do seu DNA, com equilíbrio financeiro e tendo a inovação como aceleradora do processo de melhoria da qualidade de vida dos vicentinos. Seguimos com a missão de cuidar bem de São Vicente, com uma gestão transparente, participativa e pautada pela verdade e no compromisso social da comunicação pública. Este plano encaminha São Vicente para a entrega de um importante legado de uma administração responsável, com respeito ao ser humano, por meio de ações voltadas ao atendimento das necessidades do cidadão vicentino, à manutenção do patrimônio público, a realização de obras estruturantes, a renovação urbana, e a recuperação econômica e social da cidade, após uma grave pandemia. São Vicente é sempre Viva e a nossa primeira cidade Brasileira, porque busca permanentemente vencer seus desafios. Os cuidados com a nossa natureza e com a nossa essência é que darão o tom de São Vicente de amanhã.

Nossas raízes são nossa força e nosso diferencial. Queremos uma cidade vibrante moderna e crescente, mas sempre com o jeito da gente.

B - CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO:

A cidade de São Vicente localiza-se no litoral do sudeste do Estado de São Paulo e faz parte da região metropolitana da baixa santista, onde possui uma localização privilegiada, pois está situada junto ao mar e com fácil acesso à capital do Estado, possui regiões insular e continental, se interliga com a cidade de Santos por via seca e com os municípios de Praia Grande e Cubatão por pontes, além da Cidade do Guarujá por via aquática.

A área onde está implantada a cidade de São Vicente apresenta uma topografia baixa e plana na maioria de suas regiões, acarretando em determinadas ocasiões os efeitos da chuva e enchentes de maré acarretando problemas com inundações.

Possui uma população estimada aproximada de 330.000 habitantes, onde 55% residem no quadrado insular e 45% na área continental.

A cidade de São Vicente têm se destacado nos últimos decênios nos setores primários e secundários, pela iniciativa privada, principalmente no setor do comércio e serviço que representa cerca de 44,3% da economia do município.

O sistema de saneamento da cidade ainda é muito precário, onde se convive com ligações de

água e esgoto não convencionais, a Companhia Estadual – SABESP que explora o sistema de água (onde se arrecada dezena de milhões de reais por ano).

O transporte interno da cidade é servido por uma frota de ônibus, o município tem uma rodoviária adaptada, porém ainda deixa a desejar e falta um terminal rodoviário adequado e ainda contamos com um sistema de veículo leve sobre os trilhos o VLT.

Quanto o sistema de energia elétrico é servido pela CPFL.

O sistema de abastecimento de alimentos é através de feiras livres e supermercado, onde o município têm a responsabilidade pela infraestrutura viária, sanitária, limpeza e fiscalização.

Na área da educação a cidade oferece vagas na rede municipal para o ensino fundamental e creches .

Quanto a área da saúde está distribuída nos setores Público Municipal Estadual, no setor Privado, contratado e Particular, mas ainda é muito insuficiente.

A segurança pública conta com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Polícia Civil com a delegacia central e distritos distribuídos pela cidade e a Guarda Municipal e o corpo de Bombeiros.

O comércio na cidade é agitado e representado por empresas legalizadas.

A infraestrutura da cidade básica como energia, transporte, comunicação, além de serviços públicos de saúde, educação, segurança, apresenta deficiências.

Uma cidade limpa e inovadora é ativa na modernização permanente da gestão pública, por meio da desburocratização dos diversos processos administrativos, responsabilidade fiscal, eficiência na prestação dos serviços públicos e na busca da satisfação dos cidadãos. Tem ainda como princípios prospectar, desenvolver e fomentar inovações e o empreendedorismo locais visando soluções sustentáveis, criativas e conectadas, com visão metropolitana, e foco na excelência do atendimento à população para a consolidação de uma cidade inteligente, resiliente e humana.

C – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Deverá ser elaborado um plano de reestruturação do município, visando compatibilizar os desenvolvimento urbano, econômico e social, através de mais diálogos com suas associações, valorização do servidor público, contratações de novos através de concursos públicos, a regulamentação do Plano de carreira, valorizando o trabalhador e a qualidade dos seus serviços.

O governo deverá estar pronto para ouvir o terceiro setor, estabelecendo uma relação de reciprocidade crítico construtivo, fortalecendo as entidades que genuinamente estão voltadas aos interesses populares, da cidadania e da proteção ambiental.

Um governo deve ser um governo de bairros, das periferias e principalmente da área continental ao lado do povo, onde venha a participar acompanhando as ações do governo, através dos Conselhos Comunitários, nos Conselhos Setoriais e diretamente dos setores administrativos.

A convivência entre vereadores deve ser harmoniosa independente de qualquer situação, sendo que o vereador é sem dúvida a voz da população, merecendo toda a sua atenção e respeito. Todo o município têm sua limitação que deverá ser sempre um desafio para a próxima gestão e que juntamente com a comunidade possa ser solucionada.

Também devemos estar a par da situação financeira das contas públicas para que possamos encontrar um caminho novo de ampliação e arrecadação, sem aumento de impostos e principalmente planejar os gastos públicos.

D – ORÇAMENTO MUNICIPAL E FINANÇAS PÚBLICAS:

A arrecadação municipal se dá através de várias fontes como:

ICMS – Recurso proveniente da circulação de mercadorias, que em geral representa a maior parte da arrecadação e que é repassado pelo Governo Estadual, na base de 25% arrecadado no município.

IPVA - Proveniente da licença de circulação de veículos automotivos, é repassado ao município 50% do que o governo Estadual arrecada.

FPM – Fundo de Prestação dos Municípios é um recurso proveniente do Governo Federal e que corresponde exatamente ao desempenho do município no PIB (quota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e IPI).

IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana é em geral a maior arrecadação advinda do próprio município, representa boa parte da arrecadação total e é preciso promover constante reavaliações através de uma Planta Genérica de Valores e incentivo ao pagamento do imposto.

ISS – Imposto sobre serviços, que é exclusivo da municipalidade, também representa uma fatia no orçamento municipal.

ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, é outro componente que não deve ser desprezado, inclusive deve haver campanhas incentivando os adquirentes de imóveis a promoverem suas transmissões.

SUS – Sistema Único de Saúde através do convênio com o Ministério da Saúde, o município recebe verbas exclusivas para o sistema de saúde municipal, que entra como forte contribuinte para o orçamento global.

É fundamental que se promova o saneamento das contas municipais, como a folha de pagamento deve chegar ao máximo a 54% da receita líquida, o ideal seria abaixo de 45% e aumentar a capacidade de investimentos e atrair recursos para obras específicas e principalmente para os setores sociais.

E – PROGRAMA DE GOVERNO.

Estrutura do Governo Municipal:

Órgãos de Apoio: Comunicação

Relações Públicas

Ouvidoria

Secretaria de Governo

Assuntos Jurídicos

Administração

Controladoria

Órgãos de Planejamento: Planejamento estratégico de ações do governo

Gestão das ações de governo

Gestão orçamentária e financeira

Órgãos de Ação: Ações sociais

Ações de manutenção da cidade

Ações de gerenciamento da máquina do governo

Ações de desenvolvimento econômico.

A participação popular é de extrema importância, terá como fator de participação imprescindível, para isso todo o cidadão interessado poderá acompanhar as ações do governo através do Portal de Transparência.

E.1 SEGURANÇA PÚBLICA.

Com a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social pela lei 13.675/2018, estabeleceu-se os princípios, diretrizes, objetivos, estratégias, meios e instrumentos de aplicação aos entes federativos em matéria de segurança pública, inclusive para os municípios, integrantes da política nacional.

A implantação e organização da segurança pública municipal inicia com o estabelecimento da política municipal de segurança e defesa social em obediência à política nacional, com ações sistêmicas, coordenadas, conjuntas e integradas com as políticas da União e dos Estados, fazendo uma parceria para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A política municipal de segurança pública deve se pautar pela integração de ações com instituições federais, estaduais e órgãos da própria municipalidade, fazendo uma atuação em rede em temáticas transversais de educação, saúde, segurança e outras que objetivem a preservação do patrimônio e de vidas dos munícipes.

1. Diálogos com Grupos Vulneráveis:

Sabemos que há uma incidência de violência contra grupos específicos – jovens negros, mulheres, LGBT, adolescentes, população de rua, entre outros.

A fim de minimizar estes conflitos pretendemos mudar os procedimentos e normas para a abordagem de cidadãos nas ruas pela GCM e outros órgãos do Município e o fortalecimento da ouvidoria e corregedoria da força de segurança municipal.

2. Para que o município avance no que tange a segurança pública, visando minimizar e erradicar a violência contra a mulher, temos algumas propostas para serem discutidas durante nosso governo, sendo elas:

2.1 Fazer gestão junto ao Governo Estadual para ampliar o funcionamento da Delegacia da Mulher

2.2. Criar um Serviço de atendimento multidisciplinar á mulher vítima de violência

2.3. Implementar patrulha da Lei Maria da Penha para fiscalizar medidas protetivas

2.4. Criar um Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres

2.5 . Capacitar os funcionários para saber acolher e indicar serviços e órgãos que as mulheres em situação de violência devem buscar

2.6. Garantir através de lei, prioritariamente e com urgência, vagas em creches para filhos de mulheres em situação de violência

3. Estabelecer estreito diálogo com as Forças de Segurança Pública:

3.1. A estruturação da Segurança Pública é uma tarefa que cabe a todos os entes federativos brasileiros. As forças municipais devem estar alinhadas com as outras forças de segurança pública, em diálogo permanente dentro do pacto federativo.

4. Articulação para que a política de educação tenha um olhar para a questão da segurança pública

4.1 Discutir com a Secretaria de Educação o estabelecimento de Registro Online de situação de Violência nas Escolas, com o objetivo de qualificar e aperfeiçoar a política municipal de prevenção às violências nas escolas;

4.2. Fortalecer programas educativos de segurança nas escolas;

4.3. Formar os profissionais da educação para lidarem com as situações de conflitos nas escolas;

5. Articulação para que a política de combate às drogas seja vinculada entre vários setores sociais;

5.1. Realizar a Integração de ações de segurança com ações de saúde no tratamento de dependentes químicos;

5.2. Implantar a operação de retomada dos espaços públicos em parceria com a população para revitalização e recondicionamento dos equipamentos públicos onde há presença ostensiva de usuários de drogas.

6. Investir no fortalecimento da Guarda Municipal.

6.1. Ampliar celebração de convênios com o Ministério da Justiça, Pronas e Senasp.

6.2. Fortalecer o diálogo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública;

6.3. Implementação de um Programa Permanente de Capacitação dos Guardas Civis Municipais, bem como, o oferecimento de condições técnicas para o desenvolvimento dos Procedimentos Operacionais adequados. A base da Capacitação Permanente deve ser o EAP – Estágio de Aprimoramento Profissional, que será obrigatório anualmente a todos os GCMs, sendo complementado com outras ações disponíveis para agregarem à formação dos guardas municipais, tais como: Simpósios (Semestralmente), Ciclo de Palestras (Bimestralmente), Preleções (Diárias), Estudos de casos (Sempre que necessário) e Instrução em Pleno Serviço (Esporadicamente).

6.4. Modernização de Equipamentos para o desempenho das ações rotineiras e melhorias nas instalações e mobiliários das Bases Operacionais e da GCM como um todo.

6.5. OFICIALIZAR O EMPREGO DE ARMAS DE FOGO PELA GCM. Decisão do STF já deixou claro que, todos os integrantes das guardas municipais possuem direito a porte de arma de fogo, independentemente do número de habitantes do Município. Nos municípios onde a GCM não se encontra armada oficialmente, Decisões Judiciais já permitem que os guardas municipais atuem armados. A oficialização de tais equipamentos tem o objetivo de favorecer a atuação de forma preventiva e, em casos mais extremos, até de forma repressiva, em parceria com as outras forças policiais, afim de aumentar a sensação de segurança no município.

7. Apoio a implantação do Projeto Vigilância Solidária realizado pela Polícia Militar.

7.1 Trata-se de Projeto a ser implantado, em parceria com a Associação Comercial e Industrial de São Vicente, bem como, a todas as outras Associações.

8. Expansão de políticas públicas tecnológicas com uso do vídeo-monitoramento.

8.1 Expansão do vídeo-monitoramento, cuja política visa prevenir a ocorrência de crimes e aumentar a sensação de segurança da sociedade, através de um sistema tecnológico feito por

meio de imagens de câmeras distribuídas de forma estratégica pelas vias públicas, com criação de cercas eletrônicas nos principais acessos do município.

9. Integração da Guarda Civil Municipal e Conselhos de Segurança (CONSEGS).

10. Criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública

10.1 Ela será responsável pela segurança do patrimônio e serviços públicos municipais, pela implantação de processo de análise das rotinas de segurança e dos pontos vulneráveis das instalações, bem como diagnosticar e implantar ações visando o assessoramento dos órgãos públicos municipais. Diante de tais informações é possível também definir medidas de prevenção e repressão imediata aos ilícitos contra o patrimônio e a sociedade.

11. Criar um aplicativo de segurança para celular que possibilite a participação da população como fonte de informação.

E.2 MOBILIDADE URBANA.

A Mobilidade Urbana trata as circunstâncias pelas quais as pessoas se movem dentro da cidade. Ela deve ser planejada de acordo com as necessidades de cada local, levando-se em conta os fatores econômicos, sociais, ambientais e geográficos de cada região.

Devemos tratar com equidade o uso do espaço público de circulação, propiciando acesso de todos os cidadãos ao transporte público coletivo, o qual deve ter eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços.

A mobilidade das pessoas com deficiência e restrição de mobilidade com segurança nos deslocamentos, a diminuição da necessidade de viagens motorizadas com consequente redução dos impactos ambientais da mobilidade urbana também são fatores que tem que ser levado em consideração durante um Governo.

Pelo acima exposto, e visando melhorar a vida do cidadão vicentino no seu dia a dia, apresentamos as seguintes propostas:

1. Realizar a Capacitação técnica (conhecimentos técnicos sobre mobilidade urbana; gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, entre outros) dos funcionários das Secretarias Envolvidas na questão dos projetos de MOBILIDADE URBANA.
2. Integrar a questão da mobilidade à política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo, aprimorando os mecanismos de avaliação conjunta dos impactos de projetos públicos e privados e seus impactos sobre a mobilidade urbana.
3. Favorecer a circulação dos pedestres, priorizando os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados. Uma das formas é garantir a bicicleta como um importante modo de transporte urbano, especialmente para viagens de curta e média distância ampliando a rede de ciclovias.

4. Priorizar os serviços de transporte coletivo sobre o transporte individual motorizado, garantindo a qualidade da prestação do serviço de transporte público coletivo, reorganizando as linhas de ônibus e principais trajetos para melhorar a oferta para o usuário e reduzir os intervalos entre ônibus e os tempos de viagens.
5. Revisão do perímetro de atuação do estacionamento rotativo (Zona Azul e Verde), de forma que somente as áreas comerciais tenham este tipo de estacionamento regulamentado.
6. Minimizar os impactos da circulação de passagem de veículos de carga na vida do cidadão vicentino, conciliando o transporte urbano de cargas aos outros meios de transporte, de modo que a atividade não cause danos as propriedades particulares e públicas.
7. Garantir e aprimorar campanhas voltadas à conscientização da população sobre segurança viária e à adequação do comportamento de motoristas, ciclistas e pedestres.
8. Implantação de bicicletários públicos;
9. Criar um Programa de Calçadas que assegure acessibilidade, separando adequadamente veículos e pedestres, usando materiais de revestimento e acabamento que deem segurança sob qualquer condição (seco ou molhado)
10. Modernizar os semáforos do município, criando uma central semafórica moderna, que possibilite maior fluidez ao trânsito com a chamada onda verde, com sinaleiras específicas para pedestres e tempo adequado de travessia.

E.3 EDUCAÇÃO.

Educação é esperança, é futuro, uma das maiores obras sociais que um governante pode fazer para transformar vidas verdadeiramente.

As principais propostas para a educação são:

- 1- Ampliar programas educacionais, de inclusão, profissionalizantes, vocacionais e o acesso à educação em tempo integral gradativamente;
- 2- Criar programas de desenvolvimento de habilidades sócio emocionais para os alunos da rede municipal de ensino;
- 3- Aperfeiçoar a política de valorização contínua de professores e demais carreiras da educação, bem como promover o aprender contínuo, uma vez que este é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente;
- 4- Aprimorar, entre professores e alunos, o uso das ferramentas tecnológicas disponíveis e democratizar o acesso à pesquisa e ao conhecimento por meio de ambientes virtuais de aprendizagem.
- 5- Todas as salas de aula da rede municipal deverão ser climatizadas ;

6- As escolas também deverão ter data show, computadores, laboratório de ciências, parquinhos novos ou reformados, quadras de esportes e mobília adequada.

7- A educação deve ser tratada como fator de qualidade social é a proposta para continuar no caminho da erradicação do analfabetismo no município, para isso devemos aumentar o número de estudantes na educação especial e reduzimos à metade o analfabetismo entre adultos, incentivar o acesso à educação para todos;

8- Considerar a escola como centro das relações dos cidadão, como meio de se estabelecer o lugar que a escola verdadeiramente deve desfrutar na sociedade no próximo governo, fortalecer as relações, sociedade-educação, onde a escola será o palco, a escola deverá também sair para as ruas.

9- A participação, tanto das crianças quanto dos pais e educadores, serão naturalmente estimulados por atividades múltiplas, na área cultural, ambiental, tecnológica e nas relações com escolas particulares e outras atividades.

10- Ação a ser tomada: devemos implantar uma Escola Técnica Federal para melhorar o futuro de nossas crianças.

11- Distribuição em tempo normal do uniforme escolar para as crianças da rede municipal de educação.

12- Incentivar projetos de valorização cívica e esportivas, torneio interclasses e interescolar .

13- Parceria com faculdades do município para a aproximação do estudante com carreira.

14- Ampliação do horário de creches atendendo a necessidade de mães que trabalham no período noturno.

15- Criar almoxarifado para aprovisionar materiais para equipamentos educacionais.

16- Fazer um estudo sobre restabelecer o atendimento odontológico nas escolas, visando ampliar a medicina preventiva.

17- Promover a avaliação da merenda escolar para complemento da carência alimentar domiciliar.

18- Estimular a confecção de hortas escolares com aquisição de produtos orgânicos e estimular a participação da família nesta atividade.

19- Organizar grupos de avaliação no desempenho escolar com finalidade de reforçar o aprendizado.

E.4 SAÚDE

- 1- Reestudo para aumento do repasse estadual e federal com recadastramento do número de atendimentos visando aumentar o investimento na atenção básica (prevenção) e atenção especializada, vigilância da saúde.
- 2- Rede de urgência e emergência (hospital) e maternidade.
- 3- Formar rede de regulação municipal/ urgência e emergência .
- 4- Intensificar um projeto para obter núcleo hospitalar municipal com ajuda de parceria PPP (PARCERIA PÚBLICA PRIVADA).
- 5- Recadastramento e mapeamento de municípios promovendo a busca ativa, assim, promover medicina preventiva.
- 6- Criar e tornar operante o setor de manutenção, obras e serviços com cronograma para unidades de saúde.
- 7- Informatização e digitalização.
- 8- Prontuários eletrônicos.
- 9- Promover a reavaliação do número de consultas e exames que aguardam execução.
- 10- Intensificar cursos de aperfeiçoamento para profissionais da saúde nos diversos setores.
- 11- Revitalizar as academias da saúde com profissionais estagiários contratados para essa finalidade.
- 12- SAMU (Serviço de Atendimento Móvel Urgência) readequar e atualizar.

E.5 ESPORTE

- 1- Estabelecer convênios com Clubes no município para incentivar e promover atividades esportivas de forma gratuita.
- 2- Incentivar e promover atividade esportivas de forma gratuita (aproveitando a praia com seu grande espaço).
- 3- Incentivar esporte amador para o público jovem e adulto.
- 4- Incentivar e projetar espaços de convivência para a terceira idade.
- 5- Aproveitar a área da praia e a via ciclista para prática esportiva.
- 6- Incentivar competições para atrair diversos públicos e principalmente de cidades vizinhas.
- 7- Revitalizar o Estádio Monsueto Pierotti com torneios.
- 8- Incentivar o esporte em escolas.
- 9- Atrair eventos esportivos amadores e profissionais, criando um calendário amplo, com ação integrada com o desenvolvimento econômico.

E.6 ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS

A gestão pública com a mesma eficiência com que se faz da iniciativa privada é fundamental para o crescimento de um município, sendo que a única diferença entre ambos é que o resultado o lucro, é o ganho social. A administração municipal será pautada pelas seguintes medidas:

- 1- Dar transparência dos gastos públicos, com publicação regular do orçamento municipal e da movimentação financeira para que a sociedade acompanhe a execução financeira municipal, através do Portal de Transparência.
- 2- Capacitar os nossos Servidores Municipais através de programas de qualificação profissional.
- 3- Garantir os pagamentos dos salários aos Servidores Municipais com pontualidade, bem como dos fornecedores.
- 4- Implantar um rigoroso controle na compra de materiais, contratação de serviços e gestão dos contratos com os fornecedores e prestadores de serviços.
- 5- Reestruturar e otimizar a estrutura da administração pública municipal, investindo na modernização tecnológica da prestação de serviços públicos ao cidadão através de sistemas.
- 6- Conectar a infraestrutura física e a digital, definindo a utilização de plataformas de tecnologia que conversem entre si.
- 7- Manter e/ou ampliar o Programas de Estágios para dar continuidade de trabalho e conhecimento ao jovem em sua área de estudo.
- 8- Qualificar os gastos públicos, através do aprimoramento dos controles de custos, melhoria de processos, gerenciamento da execução dos contratos, otimização dos recursos públicos.
- 9- Tornar a gestão pública municipal um modelo em eficiência voltada para eficácia no atendimento público.

E.7 TURISMO

O turismo é uma das principais atividades econômicas e culturais do município de São Vicente. Este plano de governo visa fortalecer e desenvolver o setor turístico local, promovendo o crescimento sustentável e inclusivo, valorizando a cultura, a história e os recursos naturais do município.

E.7.1 Objetivos são:

- 1- Promover o Desenvolvimento Sustentável do Turismo: Integrar práticas sustentáveis em todas as atividades turísticas para garantir a preservação ambiental e cultural.
- 2- Diversificar a Oferta Turística: Criar e promover novos atrativos e experiências turísticas.
- 3- Aprimorar a Infraestrutura Turística: Melhorar as condições de acesso, transporte e hospedagem.

4- Capacitar a Mão de Obra Local: Oferecer cursos e treinamentos para profissionais do setor turístico.

5- Fortalecer a Divulgação e o Marketing: Implementar estratégias de promoção turística nacional e internacionalmente.

6- Fomentar Parcerias Público-Privadas: Incentivar a colaboração entre o governo, iniciativa privada e comunidade local.

E.7.2 Estratégias e Ações:

1. Desenvolvimento Sustentável do Turismo

1.1- Implementação de Práticas Sustentáveis: Incentivar hotéis, restaurantes e demais estabelecimentos turísticos a adotarem práticas sustentáveis como o uso de energias renováveis, reciclagem e redução de resíduos.

1.2- Educação Ambiental: Realizar campanhas de conscientização ambiental para turistas e moradores.

1.3- Proteção de Áreas Naturais: Criar e fortalecer unidades de conservação e parques naturais.

2- Diversificação da Oferta Turística

2.1- Roteiros Históricos e Culturais: Desenvolver roteiros turísticos que valorizem a história e cultura de São Vicente, incluindo visitas a museus, igrejas e marcos históricos.

2.2- Turismo de Aventura e Ecoturismo: Explorar o potencial de trilhas, esportes náuticos, cachoeiras e outras atividades ao ar livre e aquático.

2.3- Eventos e Festivais: Promover eventos culturais, gastronômicos e esportivos que atraiam visitantes.

3. Aprimoramento da Infraestrutura Turística

3.1- Melhoria do Transporte: Investir na melhoria das vias de acesso ao município e no transporte público local.

3.2- Modernização da Hospedagem: Incentivar a modernização dos meios de hospedagem, garantindo qualidade e conforto.

3.3- Sinalização Turística: Implantar uma sinalização turística eficiente e multilíngue.

4- Capacitação da Mão de Obra Local

4.1- Programas de Formação: Oferecer cursos de capacitação em hospitalidade, idiomas e guias turísticos.

4.2- Parcerias com Instituições de Ensino: Firmar parcerias com universidades e escolas técnicas para a oferta de cursos específicos.

5- Fortalecimento da Divulgação e Marketing

5.1- Presença Digital: Desenvolver e manter um portal turístico com informações atualizadas e interativas.

5.3- Campanhas Publicitárias: Realizar campanhas publicitárias em mídias tradicionais e digitais.

5.4- Participação em Feiras e Eventos: Participar de feiras e eventos de turismo nacionais e internacionais.

6 - Fomento a Parcerias Público-Privadas

6.1- Incentivos Fiscais: Oferecer incentivos fiscais para empresas que investirem no setor turístico.

6.2- Apoio a Iniciativas Locais: Apoiar iniciativas comunitárias e empreendimentos locais voltados para o turismo.

6.3- Aprimorar Conselhos de Turismo: Estabelecer conselhos de turismo com a participação de representantes do governo, setor privado e sociedade civil.

7- Monitoramento e Avaliação

7.1 Indicadores de Desempenho: Estabelecer indicadores para monitorar o progresso das ações e objetivos.

7.2- Pesquisas de Satisfação: Realizar pesquisas de satisfação com turistas e stakeholders para avaliar a eficácia das ações implementadas.

7.3- Relatórios Anuais: Publicar relatórios anuais detalhando as conquistas e áreas de melhoria.

Conclusão

O Plano de Governo de Turismo do Município de São Vicente é um compromisso com o desenvolvimento sustentável, a valorização da cultura e a promoção de um turismo de qualidade. Com a implementação deste plano, espera-se que São Vicente se torne um destino turístico de referência, beneficiando a economia local e proporcionando uma melhor qualidade de vida para seus moradores.

E.8 DESENVOLVIMENTO URBANO

A regularização fundiária urbana da Área Continental de São Vicente/SP e adjacências, é um processo que visa à formalização da posse e propriedade de imóveis em referida área urbana, garantindo segurança jurídica aos seus moradores, e, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e integrando referido assentamento informal, ao ordenamento urbano oficial da Cidade de São Vicente/SP.

- A necessidade de regularização fundiária urbana de referida área, advém da existência de ocupações irregulares e informais que, sem a devida formalização, enfrentam problemas, tais como: falta de acesso a serviços públicos, insegurança jurídica e exclusão social. A regularização fundiária urbana da Área Continental de São Vicente/SP e adjacências, **é essencial para a promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos seus dignos moradores.**

- Promover a regularização fundiária urbana da Área Continental de São Vicente/SP e adjacências, garantindo o direito à moradia, segurança jurídica e acesso aos serviços públicos aos moradores de referidas áreas ocupadas irregularmente.

E.8.1- Objetivos Específicos são:

1- Identificar e mapear áreas de ocupação irregular no município.

2- Diagnosticar a situação jurídica, urbanística e social das áreas ocupadas.

3- Promover a regularização jurídica dos imóveis, por meio da titulação de posse e propriedade.

4- Integrar as áreas regularizadas ao planejamento urbano municipal.

5- Promover a inclusão social e econômica dos moradores.

- **Levantamento cadastral:** Realizar um levantamento detalhado das áreas ocupadas, identificando os imóveis, seus ocupantes e as condições físicas e sociais das ocupações.

- **Análise jurídica:** Verificar a situação jurídica dos terrenos ocupados, identificando a titularidade, possíveis litígios e restrições legais.

- **Análise urbanística:** Avaliar a conformidade das ocupações com o plano diretor e demais normas urbanísticas do município.

- **Análise Ambiental:** Avaliar a conformidade das ocupações com eventuais áreas de proteção ambiental e demais normas ambientais, tanto no âmbito do município, como no âmbito Estadual.

- **Definição de critérios de regularização:** Estabelecer critérios claros e objetivos para a regularização das áreas ocupadas, conforme a legislação vigente (Lei nº 13.465/2017 e Decreto nº 9.310/2018).

- **Elaboração de projetos urbanísticos:** Desenvolver projetos urbanísticos para a adequação das áreas ocupadas, visando à integração ao ordenamento urbano, ambiental e à melhoria das condições habitacionais, bem como a demanda de instalação de equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde, etc).

- **Processo de titulação:** Promover a titulação de posse e propriedade dos imóveis, por meio de procedimentos administrativos e, quando necessário, ações judiciais, com a possibilidade de estabelecer-se contrato administrativo/convênio com a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e com a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SÃO VICENTE/SP.

- **Infraestrutura e serviços públicos:** Implementar melhorias na infraestrutura urbana e garantir o acesso a serviços públicos essenciais (água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, etc.).
- **Ações socioeconômicas:** Promover programas de inclusão social e econômica, visando à integração plena dos moradores ao tecido urbano e social da cidade.
- **Parcerias:** Estabelecer parcerias com órgãos públicos, instituições privadas e organizações da sociedade civil para a implementação do projeto.
 - **Financiamento:** Buscar recursos financeiros junto a fontes públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas, além de organismos internacionais.
- **Monitoramento contínuo:** Acompanhar a implementação do projeto, verificando o cumprimento das metas previamente estabelecidas e a efetividade das ações.
- **Avaliação de impacto:** Realizar avaliações periódicas dos impactos sociais, ambientais, econômicos e urbanísticos da regularização fundiária, visando à melhoria contínua das políticas públicas.

A regularização fundiária urbana da Área Continental de São Vicente/SP e adjacências, será uma ferramenta essencial para a promoção da justiça social e do desenvolvimento urbano sustentável. Este projeto visa a formalizar a posse e propriedade dos imóveis em referidas áreas, a garantir a segurança jurídica dos seus dignos moradores e promover a inclusão social e econômica, contribuindo para a construção de uma cidade de São Vicente/SP, mais justa e equilibrada.

Esta proposta abrange os principais aspectos necessários para o fomento de um projeto de regularização fundiária urbana, desde o diagnóstico até a implementação e avaliação, seguindo as diretrizes legais e técnicas pertinentes.

INFRAESTRUTURA/ DRENAGEM URBANA

Infraestrutura é o conjunto de elementos que estimula o desenvolvimento socioeconômico da região.

Podemos dividir em quatro áreas que influenciam o crescimento do município, como SANEAMENTO, TRANSPORTE, ENERGIA E TELECOMUNICAÇÃO.

Quando andamos por nossa cidade encontramos essas áreas com diversos problemas e a busca por melhoria contínua transforma a economia e a paisagem urbana de cada um dos 45 bairros de São Vicente.

O Saneamento apresenta 90,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, excluídas áreas de irregularidade. Diversos problemas de desabastecimento de água acontecem

rotineiramente, em muitos bairros o esgoto sanitário é deficitário e a demora em obras dessa magnitude se estendem a muitos anos.

A fiscalização para a concessionária SABESP precisa ser intensa e com planejamento para a realização de obras, que diferente do que hoje acontece sem programação e sem correção de problemas existente onde as linhas de esgoto e água se encontram.

A área continental teve interrupção por muito tempo do programa “Onda Limpa”, programa da SABESP que levará esgoto sanitário a bairros desassistidos. O poder público tem o dever de cobrar as concessionárias que trabalham em nosso município.

As propostas são:

- Fiscalização efetiva das concessionárias que trabalham no município com a diretoria das concessionárias, fazendo com que profissionais das áreas de infraestrutura tenham planejamento e eficiência das ações a serem executadas.
- Programa EDUCA AMBIENTE, onde profissionais da educação e do meio ambiente ensinam em cada bairro a utilização da água de forma a alcançar os objetivos da agenda 2030 para desenvolvimento sustentável.
- Aumento de ECOPONTOS para diminuição do descarte irregular em vias públicas e do entulho de construção civil.
- Fiscalização das principais vias de acesso a cidade para combater a entrada de veículos provindos de outras regiões com entulho de construção civil e outros materiais inertes.
- Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.
- Pode ser dividido em micro drenagem e macrodrenagem, na primeira, o foco consiste na coleta e direcionamento das águas a nível local, sejam elas subterrâneas ou superficiais, por meio de galerias de pequena e média extensão. Já a macrodrenagem abrange as galerias de grande porte e ainda inclui os rios canalizados e outros canais.
- A nossa cidade sofre a muito tempo com diversas enchentes que devido ao descaso de diversas gestões ainda existe, que culmina em alagamento em vias públicas e invade as casas, levando prejuízos de bens materiais e a saúde dos que habitam nessas localidades.
- A zeladoria das linhas de drenagem são importantes para o melhor escoamento das águas pluviais. E o controle habitacional para o desenvolvimento dos bairros com maior planejamento.

As propostas são:

- Aumento do número de equipamentos de zeladoria na limpeza das linhas de drenagem urbana (caminhões de hidro vácuo), hoje a disponibilidade do contrato tem poucos equipamentos que não atendem à demanda exigida;

- Captação de recursos para a execução de obras de macrodrenagem e instalação de comportas;
- Instalação no centro de controle operacional sistema de monitoramento e acionamento das comportas;
- Captação de recursos para obras de micro drenagem como prioridade ante a troca de pavimento;
- Combate as invasões em áreas irregulares;
- Combate ao descarte irregular de materiais inertes e não inertes.

AÇÃO SOCIAL

- Implementar ações que visem o acolhimento de pessoas em vulnerabilidade social (indivíduo, família e sociedade).
- Melhorar a infraestrutura e aporte em equipamentos de assistência social.
- Acolhimento e cadastramento de pessoas em situação de rua.
- Planejar número de moradias para acolhimento.
- Dar alternativa de desenvolvimento sócio econômico e inclusão à sociedade.
- Praticar políticas de humanização no serviço de Ação Social.

MEIO AMBIENTE

- Promover políticas de conscientização ao meio ambiente (principalmente nas escolas).
- Estimular o reflorestamento com árvores frutíferas na região.
- Promover ações de conscientização da população em relação ao descarte irregular.
- Promover ações que visem a preservação e manutenção de áreas verdes com fiscalização e taxação.
- Criar cooperativas de catadores, regulamentando a prática.
- Conscientizar as pessoas através de campanhas sobre reciclagem do lixo.
- Preservar e cuidar das nossas áreas verdes (como exemplo Ilha Porchat).

CULTURA

- Promover e incentivar atividades culturais, ligadas ao caráter histórico do Município.
- Ter uma cultura itinerante, levando e estimulando práticas culturais nos bairros.

- Oficinas culturais e artísticas para valorizar os artistas e artesãos do Município.
- Incentivo a atividades culturais em datas comemorativas (como exemplo dia do Índio, do Pescador e outros).
- Estimular apresentações teatrais em praças e escolas.
- Estimular arte circense.
- Manter a Encenação da Vila de São Vicente com artistas locais.

HABITAÇÃO

- Devemos manter um trabalho conjunto, tripartite - iniciativa privada, cooperativas habitacionais e poder público - para caminhar na redução do déficit habitacional. A prefeitura deve estudar a desapropriação de áreas ociosas e especulativas, implantar convênios com cooperativas habitacionais, fundações ou associações, através das quais, o usuário adquire uma cota, pagando parceladamente. A construção de moradias populares condominiais.
- Para o usuário que não apresente qualquer tipo de renda a auferir créditos dos agentes financeiros, a política será aquisição de terrenos, através do mesmo sistema de expropriação, transformando-os em possibilidade em locais para moradias populares, cuja distribuição com os necessitados, dar-se-á através de processo seletivo criterioso. Usar os recursos da Caixa Econômica Federal e seus programas para atender essas pessoas carentes e sem teto.
- Priorizar a erradicação de casas em zona de mangue.
- Regularizar todos os lotes e terrenos urbanos.
- Reavaliação dos valores atribuídos aos imóveis urbanos, para o cálculo do IPTU.
- Revisão do Plano Diretor do Desenvolvimento, adequando-o à nossa realidade.
- Implantação de programas habitacionais para o acesso de cidadão à moradia.
- Captação de recursos para financiamento de programas habitacionais.
- Urbanização dos bairros periféricos.
- Impor critérios para implantação de grandes empreendimentos e obras que possam causar deteriorização ao meio ambiente.
- Estabelecer códigos de postura ambiental para obras, saneamento e outros que contribuem para a urbanização e humanização do município.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDUSTRIAL E COMERCIAL.

Tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico do Município, criada com o objetivo de atrair novos investimentos e fomentar o empreendedorismo, a inovação tecnológica, qualificação profissional para atender as demandas do mercado.

Formular, implementar e acompanhar as políticas públicas municipais relativas ao desenvolvimento da atividade econômica e do empreendedorismo; fomentar novos negócios para o Município, oferecendo a pertinente orientação técnica; formular, desenvolver, articular e gerenciar as políticas públicas relativas ao município.

- Planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia popular e solidária e microcrédito produtivo orientado.

- Tem por finalidade executar ações relativas aos processos de regularização e licenciamento de empresas no Município, conectado ao sistema da JUCESP para viabilizar a abertura de empresas no Município pelo VRE.

- Incentivo a estabelecimento de associativismo e cooperativismo, pela promoção e divulgação das potencialidades do Município à nível Regional, Estadual e Federal, tendo em vista a atração de investimentos no campo industrial e agroindustrial;

- Incrementar a realização de feiras e exposições;

- Apoiar a implantação de programas e projetos que visem a expansão de oferta de mão-de-obra e criação de microempresa;

- Incentivar o desenvolvimento de atividades artesanais;

- Estimular à atração, a criação, a preservação e a ampliação de empresas e polos econômicos, através de um relacionamento do Município com empresários, entidades públicas e privadas, em nível local, Estadual e Nacional;

- Apoiar a comunidade empresarial através de planos, programas, projetos, informações, pesquisas e estudos;

- Promover a instituição de mecanismos de natureza física, financeira e institucional, que privilegiem a implantação de atividades econômicas do Município;

- Articular o desenvolvimento de atividades artesanais e de economia de pequena escala, abrangendo a valorização do artesão e a promoção de industrialização e comercialização;

- Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica de promoção econômica, de gestão empresarial e profissional de mão-de-obra, com instituições e entidades municipais, estaduais e nacionais;

- Planejamento e organização Municipal, mediante a orientação normativa, metodológica e sistemática aos demais órgãos da Administração;

- Elaboração e coordenação na execução de projetos e planos do Governo Municipal;

- A coordenação na elaboração da proposta Orçamentária anual de investimentos, bem como na programação anual de despesa, adequando os recursos aos objetivos das metas governamentais, constante do Plano de Desenvolvimento Integrado;
- A promoção de estudos e pesquisas socioeconômicas ligadas à sua área de atuação e de caráter multidisciplinar ou de prioridade;
- A pesquisa de dados e informações técnicas, sua consolidação, análise e divulgação sistemática entre os diversos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- A promoção de ações modernizadoras da estrutura organizacional municipal;
- O acompanhamento metodológico com sistemas de controle e avaliação do processo, bem como o estabelecimento de fluxo de informações entre os diversos órgãos, objetivando facilitar os processos decisórios e coordenação das atividades governamentais;
- Desempenhar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito
- Elaborar mapas, planimetrias e arquivos de projetos.

INCENTIVO INDUSTRIAL

Hoje a maior arrecadação de São Vicente, é oriunda do comércio e serviços, atrair indústrias para nossa cidade, requer um grande esforço e dedicação para liberação de áreas junto aos Governos Federal e Estadual, o desenvolvimento virá através de compensações fiscais, criação de vagas para mãos de obras de moradores da cidade, fortalecendo ainda mais a rede de comércios e serviços, que conseqüentemente terá que contratar mais profissionais.

RESUMO:

Por fim elaboramos aqui um apanhado de ideias, com diversas reuniões juntamente com o povo da nossa cidade de São Vicente, ouvindo atentamente as suas necessidades onde me comprometo sendo eleito, me empenhar em colocar em prática e procurar aperfeiçoar as condições no que se diz respeito em melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Fica assim meu muito obrigada a todos que nos ouviram e de alguma maneira doaram seu tempo para que pudéssemos elaborar nosso Plano de Governo.

Eu MAGNO JULIÃO DOS SANTOS candidato a prefeito da cidade de São Vicente e a MARCELI DA SILVA EUGENIO candidata a vice prefeita da cidade de São Vicente.